



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ATA DA REUNIÃO

1. Identificação:

Assunto Geral:

Reunião de Análise da Estratégia.

Pauta:

1. Indicadores Estratégicos; 2. Portal da Transparência; 3. Governança; 4. Justiça em Números; 5. Relatório de Gestão do TCU; 6. Sustentabilidade; 7. Projeto Eleições; 8. Biometria; 9. Videoconferência com os Assessores do Planejamento Estratégico do TSE; 10. Planejamento Estratégico na Internet.

Data/Local da Reunião:

15/05/17, às 17:00 hs, na Sala Múltiplo Uso da Secretaria Judiciária.

Participantes:

MÔNICA MIRANDA GAMA MONTEIRO - Diretora-Geral;
SÉRGIO LUIZ MARANHÃO RITZMANN - Secretário da Presidência;
CLAUDIA ELENICE Z. TODA – representante da Secretária Judiciária;
DANIELA BORGES DE CARVALHO - Secretária da Corregedoria;
ANA MARIA MARSCHALL - Secretária de Gestão de Pessoas;
HILLENE DE CASSIA S. SILVA MEIRA - Secretária de Controle Interno;
GILMAR JOSE FERNANDES DE DEUS - representante do Secretário de TI;
LILIAN GASPARIN GUIMARÃES - Secretária de Gestão Administrativa;
SILMARA APARECIDA LASKOSKI - Secretária de Gestão de Serviços;
VALCIR MOMBACH – Secretário de Orçamento, de Finanças e Contabilidade;
ANA LÚCIA PESCH MARTINS – Assessora Jurídica da Direção Geral;
DANIELE CRISTINE FORNECK FRANZINI – Assessora Jurídica da Direção Geral;
ELLEN RENATE IVANFY – Ouvidoria;
CERES BERNADETE OLSSON – Chefe da Seção de Gestão da Sustentabilidade;
JULIANA PAULA ZIGOVSKI – Coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral;
DIOGO SGUISSARDI MARGARIDA - Chefe da Seção de Planejamento Estratégico;
SOLANGE MARIA VIEIRA - Coordenadora de Planejamento Estratégico.

2. Ata da Reunião:

Introdução: A Coordenadora de Planejamento Estratégico, Solange Maria Vieira, cumprimentando a todos, deu abertura à 2ª Reunião de Análise da Estratégia, marcada para o mês de Maio / 2017. Esclareceu que a primeira reunião, realizada em 10.02.17, teve por objetivo a revisão dos indicadores estratégicos de cada área, e a segunda, em curso, a avaliação trimestral dos seus resultados. Destacou que foi entregue a cada participante material impresso com a progressão dos indicadores institucionais, estratégia esta que deverá ser adotada como suporte nas Reuniões de Análise da Estratégia para fácil visualização e acompanhamento. Encerradas as primeiras considerações, deu-se andamento à projeção em tela dos conteúdos constantes da pauta da reunião sobre os quais tudo se discutiu.

1. O Resultado dos Indicadores Estratégicos no 1º Trimestre:

Inicialmente, reportando-se ao fato de que a solicitação de informações acerca dos indicadores – e outros assuntos de interesse institucional - é feita mediante PADs, foi solicitada pela Secretária de Gestão de Serviços, Silmara Laskoski, a abertura do acesso aos Processos Administrativos Digitais cuja visualização é tida como restrita pelo CNJ, tendo em vista que tal limitação não otimiza a tomada de providências e em geral atrasa o andamento das atividades que representam responsabilidades conjuntas. Unânime o entendimento, ficou definido que o assunto seria submetido à deliberação do Comitê Estratégico.

Na sequência, pontualmente abordada a questão da progressão dos 22 Indicadores Estratégicos no primeiro trimestre, verificou-se que o seu resultado está na média, tendo sido destacadas algumas circunstâncias ainda submetidas à alteração. Entre esses ajustes, seguem os abaixo discriminados.

1.1. Ouvidoria: foi lembrado que duas das principais vias de comunicação com o Tribunal, aqui mencionados o “Serviço de Atendimento ao Cidadão” e o “Fale Conosco”, anteriormente sob os cuidados da ASCOM – Assessoria de Comunicação Social – passaram aos cuidados da Ouvidoria, cuja mensuração do indicador, aferiu um ótimo desempenho, presteza e rapidez no atendimento ao cidadão.

- 1.2. Biometria:** levantada a situação do indicador estratégico relativo ao percentual de eleitores com cadastramento biométrico no Estado, foi salientado pela Coordenadora do Planejamento Estratégico, que o percentual total obtido é satisfatório (56,74% até o momento), mas há prospecção de melhoria no cumprimento da meta, tendo em vista que as Revisões do Eleitorado nos Municípios iniciaram somente no dia 03 de abril, do que decorre o entendimento de que, com a revisão, no decurso dos meses, o resultado tende a se aprimorar.
- 1.3. Gestão de Pessoas:** no que diz respeito aos indicadores estratégicos que objetivam à Melhoria da Gestão de Pessoas, entre eles, a aferição dos Índices de Aderência e Execução do Plano de Capacitação Continuada, foi esclarecido pela Secretária de Gestão de Pessoas, que no decorrer de 2017, estarão sendo feitos levantamentos dos recursos necessários para incentivo ao plano, para posterior inclusão no orçamento. A mesma situação se repete em relação à avaliação do Clima Organizacional. A Secretaria estará se mobilizando para mensurá-lo, assim como para mediante levantamentos, incluir verba para contratação de consultoria especializada na Proposta Orçamentária do Tribunal. O índice de aderência ao Banco de Talentos está em 33,6% até a presente data, de uma meta anual de 55%, tendo sido reafirmada a situação de que será um banco muito útil quanto estabelecida a Gestão por Competências. No que diz respeito à redução do índice de absenteísmo por questões de saúde, conquanto a meta esteja sendo alcançada com baixo percentual no trimestre, houve sugestões para a implantação de ações preventivas a exemplo da ação de outros Tribunais, assim como para a inclusão de “Programas de Qualidade de Vida do Servidor”, ambas situações que poderão impactar positivamente o resultado do indicador. Também foi esclarecido que está em fase de elaboração Projeto Básico para a realização de Exames Periódicos em 80% dos servidores com idade igual ou superior a 46 anos, de acordo com o que foi previsto na Resolução. Para uma discussão mais prolongada a respeito destas demandas, ficou marcada para quinta-feira, dia 18 de maio, às 16:00 horas, uma reunião do Comitê de Gestão de Pessoas.

1.4. Medidas de Segurança do TRE/PR: foi feita, pela área responsável, planilha muito bem elaborada, prevendo com elevada eficiência, todos os itens passíveis de segurança, aplicáveis à Capital e ao Interior do Estado, com atribuições de pesos e medidas para calibrar o Grau de Risco, cuja aceitabilidade será definida pelo Comitê de Gestão de Riscos.

1.5. Disponibilidade de Rede de Dados: muito embora os índices questionados tenham sido apresentados acima da média, providências estão sendo tomadas para se mitigar o impacto causado pela perda de contato com o provedor, principalmente nas Zonas Eleitorais que estão passando por Biometria / Revisão do Eleitorado. Sob este aspecto, chegou-se ao consenso de que o acompanhamento, ou melhor dizendo, a Gestão do Risco, deve ser unitária (por Zona Eleitoral). Foi comentado que algumas questões terão de ser definidas, entre elas, como deverá ser o controle, se semanal ou se mensal por exemplo, contemplando a possibilidade de contratação de emergência para dado Município quando necessário. Nesta mesma linha de raciocínio, foi proposta pelo representante da TI a hipótese de elaboração de uma planilha aonde sejam lançados todos os Municípios, com o histórico de queda de comunicação e o estabelecimento de um plano de ação, com foco naquelas localidades que apresentarem os maiores problemas. No intuito de se abordar novamente o assunto, ficou marcada, para dia 17 de maio, às 14 horas, reunião com o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação.

Índice de Implantação da Governança: abordando-se à questão da implantação da Governança, foi informado aos participantes da 2ª Reunião de Análise da Estratégia, o número da Resolução que estatuiu a Governança do TRE/PR, assim como, todas as Portarias que foram publicadas no mês de abril de 2017, responsáveis pela instituição dos Comitês e do Conselho da Governança. Nesta etapa foi argumentado que, deverá ser definida a abrangência dos assuntos que deverão ser levados à deliberação do mencionado Conselho, para que se evite que circunstâncias ainda não consolidadas pelos Comitês, cheguem sem o necessário grau de maturidade à avaliação do grande Conselho, que deverá refinar, neste sentido, aprovar, os dados subsidiados pelos Comitês.

2. Portal da Transparência:

Acerca do Portal da Transparência foram esclarecidas as seguintes situações:

- Meta I e II do CNJ: está esperando o final do trâmite colaborativo com as informações repassadas pelas Z.Es. para batimento com as informações apresentadas pelo Portal. Procedimento feito por amostragem, escolhidas 20 Zonas Eleitorais.
- Produtividade Mensal das Serventias: ainda estão em análise os dados informados pelas Z.E.s. para verificação se os relatórios apresentados pelo sistema estão sendo fidedignos (Passo 3).
- Produtividade Mensal dos Magistrados: determinado pelo Corregedor Eleitoral, que a extração dos dados estatísticos sobre a Produtividade Mensal dos Magistrados, seja realizada diretamente do Portal da Transparência, via Corregedoria, dispensando as Z.E.s do preenchimento da planilha (Passo 4).
- Desconsiderada a Proposta de Parametrização: optou-se pela adoção dos glossários e descrições das variáveis constantes dos Anexos I e II da Resolução nº 76/09 do CNJ.
- Último Andamento: concedido a partir do dia 02/05/17 o prazo de 30 dias para conclusão dos estudos e providências para a configuração do Portal da Transparência.

3. Governança:

Informado aos participantes o número da Resolução que estatuiu a Governança do TRE/PR, assim como, todas as Portarias que foram publicadas no mês de abril de 2017, responsáveis pela instituição dos Comitês e do Conselho da Governança, bem como o seu cronograma de reuniões, na seguinte ordem:

- Resolução da Governança: Resolução TRE/PR nº 756/17

- **Portaria do Conselho:** Portaria 199/17
- **Portarias dos Comitês:**
 - ✓ Portaria 159 - Comitê de Gestão Estratégica e PLS
 - ✓ Portaria 160 - Comitê de Gestão Orçamentária e das Contratações
 - ✓ Portaria 161 - Comitê de Gestão Judiciária
 - ✓ Portaria 163 - Comitê de Gestão de Pessoas
 - ✓ Portaria 164 - Comitê de Gestão de Riscos
 - ✓ Portaria 165 - Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação
 - ✓ Portaria 166 - Comitê de Gestão de Infraestrutura
- **Cronograma de Reuniões da Governança:**
 - ✓ 27.06.2017
 - ✓ 22.08.2017
 - ✓ 24.10.2017
 - ✓ 12.12.2017

4. Justiça em Números:

Introduzido o assunto sobre o Selo da Justiça em Números, foram discutidas as metas do CNJ que ainda necessitam melhorar a sua pontuação. Na sequência foram abordadas as providências que estão sendo tomadas para alcançar este objetivo.

5. Relatório de Gestão ao TCU:

Inicialmente descritas as finalidades precípuas do Relatório de Gestão do TCU, entre elas se enumerou:

- ✓ **Atuar como Instrumento de Transparência na Gestão:** com enfoque claro nos resultados, está vinculado a objetivos e metas da instituição, relatando, de forma pontual, todas as variáveis no desempenho do seu Planejamento Organizacional, Orçamentário e Operacional.
- ✓ **Descrever a sua Estrutura de Governança, bem como, o seu relacionamento com a Sociedade.**

Logo em seguida, foi esclarecido que o relatório foi enviado tempestivamente, dentro do prazo estabelecido pelo TCU (28/04/2017), tendo sido, na oportunidade, recordado pela Coordenadora de Planejamento Estratégico o Cronograma fixado para a sua execução, finalização e consolidação das Lições Aprendidas:

Prazo Máximo: até 17/03/17	Prestação de Contas Anual por cada Área
De 20 a 24/03/2017	Compilação dos Dados pela COPE
De 27 a 31/03/2017	Verificação prévia do Controle Interno e envio às Áreas para eventuais Correções
De 03 a 11/04/2017	Envio para Revisão de Edição (Maurício Niwa)
De 17 a 28/04/2017	Ambientação com o Sistema TCU e providências para o envio do Relatório
Dia 29/11/2017	Reunião de Alinhamento e Lições Aprendidas

6. Sustentabilidade:

Tecendo comentários acerca do Plano de Logística Sustentável, a Coordenadora de Planejamento Estratégico informou que, consoante dados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça relativos ao Exercício de 2016, o PLS do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, já se encontra implantado e em fase de execução. Ainda sobre o mesmo assunto foi salientado que, entre as iniciativas tomadas no decorrer do ano de 2017, importante lembrar o Seminário de Sustentabilidade realizado em 23/03/2017. Mediante pesquisa de satisfação

anexada ao Processo Administrativo Digital nº 2566/17, 60% dos participantes atribuíram nota 10, 15% atribuíram nota 9, e 13% atribuíram nota 8. Sob este aspecto ponderou a Coordenadora que, assim como foi feito para o Seminário, está se fazendo um maior esforço no sentido de, sempre que possível, se promoverem e publicarem as pesquisas de satisfação, como forma de se atribuir um maior enfoque aos resultados.

7. Projeto Eleições 2017:

Foi informado ter sido elaborado o Termo de Abertura no Processo Administrativo Digital nº 3835/17, onde serão feitos os registros de todas as providências afetas ao Projeto.

8. Biometria:

A par do levantamento do indicador estratégico que conduziu à aferição de um percentual de 56,74% do eleitorado no Paraná com cadastramento biométrico até o presente momento, e, da informação de que o percentual tende a elevar-se tendo em vista que a Revisão do Eleitorado iniciou-se somente no dia 3 abril, o projeto segue com todo o aporte de atividades que lhe são inerentes, tendo entretanto sofrido algumas alterações de prazo em função do intercurso das Eleições Suplementares.

9. Videoconferência com os Assessores do Planejamento Estratégico do TSE:

A videoconferência foi realizada com os Assessores do Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral, em data de 27/04/17, das 17 às 19 horas, tendo como participantes integrantes dos TREs do Paraná, de Sergipe, do Tocantins, do Ceará, de Goiás e de Minas Gerais.

Entre os assuntos tratados levou-se em consideração a Reestruturação do Tribunal Superior Eleitoral, agora dividido em duas grandes áreas de gestão: a Gestão Eleitoral e a Gestão Estratégica. Foi informado a sua intenção de uniformizar / padronizar os procedimentos para alimentar o sistema recebedor dos dados da Justiça em Números, como forma de se evitarem eventuais distorções. Sobre este assunto existe projeto piloto aos cuidados do TRE/TO e do TRE/SE. Também no que diz respeito ao Processo Judicial Eleitoral, está desenvolvendo todos os relatórios, pesquisando junto aos Regionais quais os que se consideram efetivamente necessários. Nesta linha de ação, será aplicado a 100% dos processos do TSE. Ademais, quanto ao seu Planejamento Estratégico Institucional, pretende unificar Missão e Valores como forma de deixá-la mais abrangente do que a dos Tribunais Regionais. Está definindo prioridades para os sistemas em 2017, para tanto levantando quais os Sistemas Obrigatórios, os Recomendados e as Ações de Melhoria necessárias para se fazer frente às demandas. A seu turno, estará fazendo uma avaliação de toda a Rede de Governança atuante em seus Regionais, previamente estabelecendo que à sua definição, estão atrelados os conceitos de Partes, Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos. Quanto às Metas do Conselho Nacional de Justiça, toma como seguintes pressupostos ao seu desempenho: fará pesquisa inicial junto aos Regionais quanto aos glossários e questionários por eles utilizados para definir um padrão. Tem como objetivo estabelecer que se julguem em 9 meses os processos de 1º e 2º graus, e, em 3 meses, os de responsabilidade do TSE. Quanto à Gestão de Riscos, entende que na parte “política”, não devem constar “processos”, levando em consideração o fato de que, devendo a política ser aprovada pela corte, a cada alteração da “política”, teria de se alterar o “fluxo”. Considera por conseguinte que no Manual sim, devem estar presentes os processos, lembrando ser necessário fazer o Mapeamento e estabelecer uma Cadeia de Valores. Baseia-se no Acórdão do TCU que menciona que o principal processo a que se deve aplicar a Gestão de Riscos é ao Processo de Aquisição, para isto tomando como plataforma de gestão as orientações do COSO e da ISO 31.000. Por último, ressaltou que todas as suas Certificações de Qualidade tem como aporte a ISO 9001 (versão 2015).

10. O Planejamento Estratégico na Internet:

Chegando ao final da reunião, agradecendo à presença de todos, esclareceu a Coordenadora de Planejamento Estratégico, em considerações finais, que todas as Atas de Reuniões, Mapas, Regulamentações e Atividades em Geral do Planejamento Estratégico, estarão sendo colocadas de forma estruturada na Intranet e na Internet do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, como forma de se fomentar a transparência e resgatar o caráter público das ações, dando maior publicidade dos atos administrativos à Sociedade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

SOLANGE MARIA VIEIRA

Coordenadoria de Planejamento Estratégico.

Curitiba, 15 de maio de 2017.